

## Sumário

---

Agradecimentos .....	7
Apresentação .....	11
Primeiras observações .....	17
1. O ECAD e a Rádio Imprensa S.A. ....	17
2. Qual o objetivo desta pesquisa? .....	21
3. O problema dos conceitos em Direito .....	28

### **PARTE I** **PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA TESE**

1. O individualismo e sua força na criação dos institutos do processo civil ....	35
1.1. A compensação financeira pela exploração de recursos minerais e a dupla personalidade do Poder Público .....	35
1.2. Um breve panorama dos fundamentos dos institutos do processo civil moderno e a força da ideologia privada .....	38
1.3. Os limites da atividade jurisdicional .....	49
2. A proporcionalidade panprocessual .....	63
2.1. O Judiciário não é para todos .....	63
2.2. A proporcionalidade como critério de aplicação dos valores públicos .....	65
2.3. A proporcionalidade e o serviço Justiça .....	73
2.4. A proporcionalidade panprocessual nos sistemas processuais atuais .....	78

2.5. A proporcionalidade processual no direito brasileiro .....	93
2.6. Os contornos da proporcionalidade panprocessual no sistema brasileiro .....	100
3. A teoria dos efeitos da sentença e o encarceramento da prestação jurisdicional .....	109
3.1. Embargos de terceiros e fraude contra credores .....	109
3.2. A classificação das sentenças por seus efeitos e suas consequências .....	111
3.2.1. A origem da teoria dos efeitos da sentença .....	111
3.2.2. A classificação atual dos efeitos da sentença empregada no Brasil .....	117
a) ação declaratória .....	120
b) ação constitutiva .....	123
c) ação condenatória .....	124
d) ação mandamental .....	128
e) ação executiva .....	131
3.3. As dificuldades em aplicar essa classificação das ações .....	136
3.4. Uma análise crítica da classificação das ações segundo seu efeito predominante .....	143
3.5. O problema peculiar das chamadas "ações declaratórias sobre fato" .....	158

## PARTE II

### BUSCANDO NOVOS LIMITES PARA A ATIVIDADE JURISDICIONAL

1. A força do pedido mediato e o desconforto de algumas soluções .....	177
2. Uma verdade para cada processo .....	179
2.1. Falsidade e falsidades .....	179
2.2. Primeiras observações .....	181
2.3. A ação declaratória de falsidade ideológica .....	184
2.4. Um documento falso apenas para as partes? .....	187

2.5. Uma saída honrosa para a coerência .....	194
3. <i>Mandatos preventivos</i> e tutelas interinais.....	201
3.1. O processo e a proteção da coletividade .....	201
3.2. Os " <i>mandatos preventivos</i> " argentinos .....	203
3.3. A regra da congruência e os " <i>mandatos preventivos</i> " .....	207
3.4. Seria essa experiência cabível também no Brasil? .....	209
3.5. As medidas interinais no direito brasileiro .....	214
4. Ações anulatórias e efeitos para terceiros .....	225
4.1. Barbosa Moreira e a ação de nulidade de patente .....	225
4.2. Terceiros e coisa julgada .....	229
4.3. Coletivizando as tutelas individuais .....	238

### PARTE III TRAÇANDO NOVOS HORIZONTES

1. Um novo olhar sobre a postulação no processo .....	243
1.1. O fornecimento de medicamentos e o Superior Tribunal de Justiça ...	243
1.2. O que se nota até aqui .....	246
1.3. Abandonando as premissas individualistas do processo em busca de novos horizontes .....	247
1.4. A jurisdição e sua aproximação da função administrativa .....	249
1.5. Os reflexos dessa nova visão sobre a atuação jurisdicional (a atuação do direito) .....	255
1.6. A inadequada compreensão da realidade e seu impacto no pedido. O pedido como ato de vontade e a crise de percepção da realidade .....	262
1.7. A capacidade postulatória e a manifestação da vontade na elaboração do pedido .....	268
1.8. A crise de insuficiência de tutela e a formulação do pedido .....	274
1.8.1. Os problemas estruturais .....	275

1.8.2.	Os "fundos limitados" .....	279
1.8.3.	Reflexos pretersatisfativos da tutela jurisdicional .....	283
1.9.	Retornando aos fins da regra da congruência .....	286
1.9.1.	A preservação da liberdade .....	287
1.9.2.	A preservação da imparcialidade .....	290
1.9.3.	A questão do contraditório .....	292
1.10.	Uma nova congruência e a ampliação dos horizontes da atividade jurisdicional .....	294
1.10.1.	Reflexos na interpretação dos pedidos .....	294
1.10.2.	Reflexos nos limites estabelecidos pelos pedidos .....	300
1.11.	Novas formas de pedido e a necessidade de revisão da ideia de congruência .....	310
2.	A preservação da garantia de defesa e de participação nesse novo contexto .....	317
2.1.	Participação no processo e efetividade da prestação jurisdicional .....	317
2.2.	O contraditório como condição para o processo civil atual .....	328
2.3.	Contraditório efetivo e eficiente .....	333
2.3.1.	O direito à participação dos afetados .....	334
2.3.2.	Contraditório, interpretação do pedido e expansão da tutela jurisdicional .....	338
a)	a interpretação do pedido e o contraditório .....	338
b)	a expansão do pedido e o contraditório .....	340
2.4.	Contraditório, representação adequada e representação virtual .....	344
2.4.1.	Um modelo para a representação adequada no Brasil .....	347
2.4.2.	A representação virtual como alternativa legítima .....	352
2.5.	Inversão do ônus da discussão e preservação do contraditório .....	364
	Um fim de um trabalho incompleto .....	369
	Referências bibliográficas .....	373